

PORTARIA N.º 8.075/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013,

R E S O L V E :

AUTORIZAR o gozo de férias por membro do Ministério Público do Estado do Pará, conforme quadro:

NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO	Nº DE DIAS	INTERVALO
MARIO SAMPAIO NETTO CHERMONT	2016/2017	2º	12	6/11 a 17/11/2017

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 27 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,
para a Área Jurídico-Institucional

PORTARIA N.º 8.076/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, no dia 15/03/2017, das férias do Promotor de Justiça AFONSO JOFREI MACEDO FERRO, estabelecidas pela Portaria 1.524/2017-MP/PGJ, de 20/03/2017, publicada no D.O.E. de 11/04/2017, restando 01 (um) dia para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 27 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,
para a Área Jurídico-Institucional

Protocolo: 256544

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 004/2017-MP/3ª PJDC
REF. NOTÍCIA DE FATO N. 000196-111/2017**

A 3ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, JOANA CHAGAS COUTINHO, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo Preliminar nº 000196-111/2017, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000196-111/2017-MP/3ªPJ/DC Interessado: Clube do Remo

Assunto: instaura PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar as obras de reforma do estádio Evandro Almeida - "Baenão", para as adequações necessárias à segurança de seus usuários, conforme dispõe a legislação vigente, a fim de resguardar os direitos do torcedor.

Protocolo: 256655

**EXTRATO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000291-151/2017-MP/PJ/DPP/MA**

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 2º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS, torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 000291-151/2017-MP/PJ/DPP/MA, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público, na Rua João Diogo, nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Instauração nº 048/2017

Data da Instauração: 16/11/2017

Objeto: Apurar supostas irregularidades no Pregão Eletrônico nº 01/2017, ocorrido na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH, tendo como Pregoeiro o Sr. A. B. T., o que teria gerado o favorecimento da empresa IOMM no certame, em detrimento das demais empresas participantes.

Interessado: OUIDORIA DO MPE/PA

Investigado: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH

Promotoria de Justiça: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA Promotor de Justiça: Dr. JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS.

Protocolo: 256681

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO Nº 009/2017-MP/ 2ª PJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Militar, torna pública a Recomendação Nº 009/2017-MP/2ª PJM, de 27/11/2017, encaminhada ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará.

Recomendação:

a) Que providencie a imediata convocação dos candidatos aprovados e não classificados dentro do número de vagas de acordo com a quantitativo no edital nº 006/CFO PM/PA, a fim de que sejam preenchidas as vagas existentes em razão de desistência de alunos que estavam cursando o CFO/2016, observando a ordem de classificação;

b) Que informe, no prazo de 20 (vinte) dias, resposta por escrito a esta recomendação, em conformidade com o art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar nº 057/06 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará) c/c art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

Belém-PA, 27 de novembro de 2017.

ARMANDO BRASIL TEIXEIRA, 2º Promotor de Justiça Militar.

Protocolo: 256673

PORTARIA Nº 8.276/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no artigo 127, §2º, da Constituição Federal, c/c o art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, de 06/07/2006,

CONSIDERANDO o disposto no Parágrafo Único do art. 6º da Resolução nº 042/2011-CPJ, de 01/12/2011, publicada no D.O.E. de 06/12/2011,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 49010/2017,

R E S O L V E :

I - ATUALIZAR o valor mensal do Auxílio Alimentação dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará para R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais).

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/01/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 30 de novembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 8.277/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no artigo 127, §2º, da Constituição Federal, c/c o art. 2º da Lei Complementar Estadual nº 057/2006, de 06/07/2006,

CONSIDERANDO o disposto no artigo Parágrafo Único do art. 3º da Resolução nº 015/2012-CPJ, de 13/08/2012, publicada no D.O.E. de 16/08/2012,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 49010/2017,

R E S O L V E :

I - ATUALIZAR o valor mensal do Auxílio Alimentação dos membros do Ministério Público do Estado do Pará para R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais).

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/01/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 30 de novembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 8.336/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o que dispõe o art. 31, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994,

R E S O L V E :

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Controladoria-Geral da União, a servidora efetiva LORENA MESQUITA SILVA VIANA, ocupante do cargo de Analista Jurídico, com ônus para Órgão cessionário, no período de 19/2/2017 a 3/12/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 01 de dezembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 256913

PORTARIA Nº 7.528/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a conclusão dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial para fins de Avaliação Periódica de Desempenho Funcional, instituída pela PORTARIA Nº 89/2016-MP/SGJ-TA, de 22/3/2016, publicada no D.O.E. de 13/4/2016,

e os termos do Parecer nº 431/2017-ASS/JUR/PGJ, datado de 27/10/2017, acolhido *in totum*, contido na instrução do Ofício nº 202/2017-MP/DRH/DDP, datado de 13/10/2017,

R E S O L V E :

HOMOLOGAR o resultado da Avaliação de Desempenho referente ao estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	CÓDIGO
EVERTON COSTA DOS SANTOS	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	AUD-A-I
KARLA KARIME VASCONCELOS GUERREIRO	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	AUD-A-I
MAURO CAVALCANTI SIMAO LUIZ	ANALISTA JURIDICO	ATE-A-I
RENATA GABRIELLE BARBOSA DIAS DA SILVA	AUXILIAR DE ADMINISTRACAO	AUD-A-I
TIAGO CARDOSO MARTINS	ANALISTA JURIDICO	ATE-A-I

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 9 de novembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 7.614/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994;

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2014-CPJ, de 16 de julho de 2016 que dispõe sobre a reestruturação das Regiões e Polos Administrativos do Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

DELEGAR ao Promotor de Justiça de 2ª Entrância NEY TAPAJÓS FERREIRA FRANCO atribuições específicas para, no dia 01/11/2017, dar investidura no cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3 ao Sr. GEANINI ERIKO DE SOUSA ARAUJO, nomeado conforme Ato nº 327/2017, datado em 07/11/2017, publicado no D.O.E. de 10/11/2017, para exercer suas funções na Região Nordeste I - Curuçá.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 13 de novembro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 7.615/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994;

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2014-CPJ, de 16 de julho de 2016 que dispõe sobre a reestruturação das Regiões e Polos Administrativos do Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

DELEGAR ao Promotor de Justiça de 2ª Entrância ADRIANA PASSOS PEREIRA atribuições específicas para, no dia 01/11/2017, dar investidura no cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3 à Sra. MÍSIA MARGARIDA CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA, nomeada conforme Ato nº 328/2017, datado em 07/11/2017, publicado no D.O.E. de 10/11/2017, para exercer suas funções na Região Marajó I - Ponta de Pedras.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 13 de novembro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 7.616/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994;

R E S O L V E :

DELEGAR ao Promotor de Justiça de 2ª Entrância ADRIANA PASSOS PEREIRA atribuições específicas para, no dia 01/11/2017, dar investidura no cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3 à Sra. MÍSIA MARGARIDA CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA, nomeada conforme Ato nº 328/2017, datado em 07/11/2017, publicado no D.O.E. de 10/11/2017, para exercer suas funções na Região Marajó I - Ponta de Pedras.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 13 de novembro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício